



**REQUERIMENTO RQ 81 /2015**

(Da Senhora Deputada Liliane Roriz e outros)

Em 05/02/15  
Assessoria de Plenário

Requer a realização de Audiência Pública para debater a gestão dos recursos hídricos do Distrito Federal.

Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Requeremos, nos termos do § 2º do art. 99 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública a ser marcada no mês de fevereiro, em data a ser definida posteriormente junto à Presidência, para debater a gestão de recursos hídricos do Distrito Federal, em especial a garantia de fornecimento de água para garantir o abastecimento público atual e futuro, bem como a política dos órgãos públicos para promover adequadamente a conservação e a recuperação dos corpos hídricos do Distrito Federal.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO 04fev2015 13:17

**JUSTIFICAÇÃO**

Sector Protocolo Legislativo

RQ Nº 81 /2015

Folha Nº 01 Paulo

O relator das contas referente ao exercício de 2009 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conselheiro Manoel de Andrade, determinou a realização de auditoria operacional na área de gestão de recursos hídricos, a fim de subsidiar a análise de ações de Governo que seriam abordadas no Relatório Analítico e Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Distrito Federal para aquele exercício.

Audidores do TCDF foram a campo com o objetivo de responder a duas perguntas que nortearam o trabalho de investigação concluído em 25 de novembro de 2010, mas divulgado em 2011. A capacidade de fornecimento de água é suficiente para garantir o abastecimento público hoje e no futuro? Os órgãos públicos distritais promovem adequadamente a conservação e a recuperação dos recursos hídricos? A resposta para os questionamentos foram preocupantes. Segundo os técnicos do tribunal, a quantidade de água usada pela população

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



alcançou a disponibilidade dos mananciais que abastecem a capital, ou seja, “o DF corre o risco de desabastecimento caso alternativas não sejam implementadas em curto e médio prazos”.

Segundo o estudo, que tomou como base o ano de 2009, a demanda por água no dia de maior consumo nesse período chegou a 96,9% da disponibilidade dos recursos ofertados pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF. A Caesb opera cinco sistemas que tratam a água. Estudos realizados para medir o potencial de abastecimento público revelaram que a disponibilidade dos mananciais chega a, no máximo, 8.820 litros por segundo e que, na média, a vazão foi de 7.120l/s. Essa é a quantidade do líquido que saiu das estações de tratamento em direção às casas dos consumidores. No pico do consumo, foi registrada uma vazão de 8.544l/s, ou seja, uma folga de apenas 3% da capacidade total. **A situação levou os auditores a concluir que é real a possibilidade de faltar água.** “Como efeitos, citam-se o risco, já em 2010, de desabastecimento nos dias de maior consumo, podendo o deficit entre a oferta e a demanda alcançar 979 litros por segundo”. O crescimento da população é apontado como um dos fatores que aproximou a demanda por água da capacidade de produção. Mas não é só isso. Entre as causas do risco de desabastecimento, os auditores citam também a falta de investimento em órgãos de gestão da água, o que diminui a capacidade de proteção e recuperação de áreas degradadas. Segundo o relatório, os gestores públicos responsáveis pela tarefa desconhecem a situação desse patrimônio. Das 10 mil nascentes estimadas no DF, apenas 300 estão identificadas e cadastradas. E, de 30 mil captações individuais, apenas 4 mil foram registradas. A falta de informação sobre a situação dos recursos hídricos prejudica as etapas de planejamento e as ações de fiscalização no sistema de abastecimento.

Outro efeito da falta de investimento em órgãos ligados ao tema é a carência de recursos humanos e a dificuldade de capacitação de servidores. No Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF (Ibram), por exemplo, a auditoria detectou que, até o fim de 2009, existiam apenas 16 fiscais de controle ambiental, sobrecarregados com demandas de órgãos como o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e a Corregedoria-Geral. Além disso, a análise dos técnicos mostrou que as atividades

Setor Protocolo Legislativo

RR Nº 81 / 2015

Folha Nº 02 Paula



de fiscalização se concentram em apenas três pontos do DF: Lago Oeste, Mestre D'Armas e Vicente Pires. Das 2.591 ocorrências de 2009, 87% referem-se a essas regiões.

A análise do perfil das despesas do Ibram no período demonstrou ainda que, de um orçamento de R\$ 11,7 milhões, R\$ 5,8 milhões foram usados para cobrir despesas de funcionamento do órgão e apenas R\$ 452,4 mil, aplicados em iniciativas de prevenção e controle de riscos ambientais, além de fortalecimento em fiscalização.

O relatório apontou à época suas conclusões e apontou encaminhamentos, resultando em tomada de decisão por conta daquela Egrégia Corte de Contas. Esta Audiência Pública visa debater as ações executadas nesse período pelo Poder Público com vista a garantir o abastecimento público atual e futuro, bem como a conservação e a recuperação dos corpos hídricos do Distrito Federal.

Sala das Sessões,

*Luiz Paulo*  
Luiz Paulo

*Liliane Roriz*  
Deputada **LILIANE RORIZ**

*Rodrigo Silva*  
Rodrigo Silva

*Andraus*  
Andraus

*Julia*  
Julia

*Willington*  
Willington

*Manoel*  
Manoel

*Renato*  
Renato

DATA RESERVADA NA AGENCIA GERAL DE EVENTOS  
02/10/15  
HORA: 10h LOCAL: Paulo 11.880



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição



## DISTRIBUIÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 81/2015

Ao Protocolo Legislativo, para as devidas providências, e, em seguida, à Assessoria de Plenário e Distribuição, para inclusão em ordem do dia.

Em 05/02/2015.

Felipe Triches  
Consultor Legislativo  
Matrícula 16.786-01

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 81 / 2015

Folha Nº 04 *Paula*